



PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO 0001174-25.2010.2.00.0000

Requerente: Armando Mendonça Junior

Requerido: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

EMENTA: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA. EDITAL Nº 01/2009 – DRH – SELAP – CONJUIZ. RESOLUÇÃO Nº 743/2008 – COMAG – TJRS. ALEGAÇÃO DE ILEGALIDADE DO EDITAL: EXCLUSÃO DE CANDIDATOS NÃO CLASSIFICADOS. ANÁLISE DE TÍTULOS SOMENTE DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DA PROVA ORAL: AUSÊNCIA DE PRÉVIA PUBLICAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA DA PROVA ORAL. IMPROCEDÊNCIA.

1. Pretensão de que seja determinada a inclusão dos requerentes no curso de formação do concurso para ingresso na carreira da magistratura do Estado do Rio Grande do Sul – TJRS (Edital nº 01/2009-DRH-SELAP-CONJUIZ), ou, subsidiariamente, a anulação da prova oral realizada no certame.

2. Não há ilegalidade no edital do concurso que oferece quantidade de vagas inferior às vagas existentes. A oferta de vagas para o concurso decorre de juízo de conveniência e oportunidade da Administração, que deve considerar a necessidade do serviço e a disponibilidade orçamentária.

3. A participação do candidato em cada etapa ocorrerá necessariamente após habilitação na etapa anterior (Res. CNJ 75, art. 5º, § 1º). Não há ilegalidade na fixação de limites de classificação de candidatos para a etapa seguinte do concurso.

4. O candidato aprovado fora do número de vagas oferecido no concurso não tem direito subjetivo à matrícula no Curso de Formação.

5. A prova de títulos, de caráter classificatório, pressupõe a aprovação do candidato nas fases anteriores eliminatórias do concurso. Validade da regra que prevê a análise dos títulos apenas

dos candidatos considerados aprovados e habilitados ao curso de formação.

6. A publicação da relação dos desembargadores convidados para compor a comissão examinadora da prova oral no dia da realização da prova está em desacordo com a orientação posteriormente adotada pelo CNJ (PP 200810000017820, Rel. Cons. Joaquim Falcão, julg. Em 17.03.2009 e Res. nº 75/2009).

7. Inexistência de qualquer indicação de que a ausência de prévia publicação da banca examinadora da prova oral tenha causado prejuízo a candidatos ou obstado o controle de situações de impedimento. Insuficiência dos fundamentos para justificar a anulação da prova oral.

Pedido julgado improcedente.

RELATÓRIO

Trata-se de Procedimentos de Controle Administrativo propostos por ARMANDO MENDONÇA JUNIOR, MARCO ANTÔNIO DUARTE DE SOUZA E ANDRÉA REGINA CALICCHIO, visando provimento no sentido de determinar a inclusão dos requerentes **no curso de formação** do concurso para juiz de direito substituto do Estado do Rio Grande do Sul (Edital nº 01/2009 – DRH – SELAP – CONJUIZ), ou, subsidiariamente, a **anulação da prova oral** do certame.

Dizem os requerentes terem sido aprovados nas provas orais realizadas no mês de dezembro de 2009. Contudo, serão excluídos do certame, pois *“não lograram êxito em conseguir uma colocação entre os sessenta (60) primeiros classificados, os quais, segundo o ponto 11.1.1 do Edital nº 01/2009 – DRH-SELAP-CONJUIZ, estarão entre os matriculados no Curso de Formação a iniciar em 05 de março de 2010”*.

Sustentam a ilegalidade do edital do concurso, sob dois fundamentos. O **primeiro** diz respeito à automática exclusão do candidato que tenha sido aprovado nas provas escritas e orais, mas não tenha logrado classificação entre os primeiros sessenta colocados (mesmo número de vagas) e convocado para o Curso de Formação. O **segundo** refere-se à realização do exame dos títulos apenas dos candidatos aptos ao curso de formação. Alegam que existem 185 (cento e oitenta e cinco) cargos vagos e a razão de o número de vagas para o curso de formação ser exatamente o mesmo das vagas disponibilizadas no certame seria a *“a intenção da administração de não haver candidatos aprovados não nomeados, excluindo-os, para que não haja óbice para abertura de novo concurso em curto espaço de tempo”*.

Os requerentes alegam também que as provas orais realizadas não observaram o procedimento estabelecido na Resolução nº 743/2008, do Conselho da Magistratura, pelas seguintes razões: **a)** ausência de publicação dos nomes dos examinadores; e **b)** inobservância da regra de que cada candidato teria 15 (quinze) minutos para discorrer sobre o ponto sorteado, antes de serem propostas outras questões pela banca.

Pediram liminar para que este Conselho determinasse ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que incluísse os requerentes no Curso de Formação a ser iniciado no dia 5 de março de 2010 ou a suspensão do certame até o julgamento definitivo do PCA. Indeferi os pedidos de liminar, pois não vislumbrei, em exame provisório da matéria, a presença dos requisitos de urgência e de plausibilidade da tese sustentada, em dimensão a justificar a concessão da medida de urgência pretendida.

No PCA nº 0001174-25.2010.2.00.0000, a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul alegou que o Edital nº 01/2009 – DRH – SELAP – CONJUIZ está em consonância com a Resolução nº 75 do CNJ e a Resolução nº 743/2008 do Conselho da Magistratura. Informou que o edital previa a matrícula de 60 (sessenta) candidatos no Curso de Formação, sendo 57 (cinquenta e sete) vagas gerais e 03 (três) reservadas aos portadores de deficiência. Os demais candidatos não classificados dentro do número de vagas aberto no edital para o curso de formação restariam automaticamente excluídos, disposição que encontra respaldo no artigo 35 da Resolução nº 743/2008-COMAG. Alegou ainda a inviabilidade de se aumentar o número de candidatos no Curso de Formação, “*visto que os professores e palestrantes contratados, material didático e espaço físico já estavam reservados e dimensionados para os sessenta classificados*” (INF8, fl. 6). Ademais, conforme disposto na Resolução nº 75 do CNJ, a realização do concurso e o provimento dos cargos devem ser feitos de acordo com a disponibilidade orçamentária e a necessidade do serviço no Tribunal.

Quanto à publicidade da composição da banca examinadora da prova oral, a Presidência afirmou que os nomes foram divulgados no primeiro dia de prova, por meio de relação afixada no saguão de entrada do local de realização das avaliações (INF11, fl. 2). Alegou que as disposições relativas a este aspecto estavam previstas no edital e contra elas não houve anterior insurgência pelos requerentes. Juntou aos autos os nomes dos Desembargadores convidados para compor a banca de examinadores (DOC13 e DOC14). Disse que foram observados os prazos para consulta à legislação e dissertação na prova oral (Resolução nº 743/2008 – COMAG, art. 30. § 3º), ressaltando ainda que, após a exposição e a critério da banca examinadora, poderiam ser propostas novas questões acerca do ponto objeto do exame.

A Presidência do TJ/RS informou ainda que o requerente ARMANDO MENDONÇA JÚNIOR ingressou com recurso perante o Conselho da Magistratura do TJ/RS, pelo processo nº 0139-10/000047-0, tendo seu provimento negado à unanimidade (INF8, fls. 10-11).

Os Procedimentos de Controle Administrativo nº. 0001200-23.2010.2.00.0000 e nº 0001276-47.2010.2.00.0000 vieram-me por redistribuição determinada pelos relatores originários, considerada a prevenção decorrente da distribuição anterior do PCA nº 0001174-25.2010.2.00.0000. Determinei o apensamento dos três procedimentos.

É o relatório.

VOTO

Os requerentes pretendem obter provimento que lhes assegure a inclusão no **curso de formação** do concurso para juiz de direito substituto do Estado do Rio Grande do Sul (Edital nº 01/2009 – DRH – SELAP – CONJUIZ), ou, subsidiariamente, a **anulação da prova oral** realizada no mencionado certame.

Registro, de início, que o edital de abertura do concurso ora impugnado, publicado em **12 de janeiro de 2009**, é anterior à publicação da Resolução CNJ nº 75, de **12 de maio de 2009**. Incide, portanto, a cláusula do artigo 89 da Resolução nº 75/2009.

Quanto à **exclusão dos candidatos** não convocados para o Curso de Formação, o Edital nº 01/2009 – DRH – SELAP – CONJUIZ estabelece que serão matriculados no **curso de formação** para ingresso na carreira apenas os 57 primeiros classificados e mais 03 candidatos com deficiência. Confira-se:

11.1.1 Serão matriculados no Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura os cinquenta e sete primeiro classificados até essa etapa do concurso. Será considerada para efeito de classificação a média aritmética simples das notas da Fase Preliminar e a da Fase Intermediária. Em caso de empate, será habilitado o candidato que tiver obtido melhor classificação na Fase Intermediária. (DOC5, fl.5)

Os requerentes sustentam a invalidade dessa regra do edital, pois excluiria os demais candidatos aprovados nas etapas anteriores, sem que possam apresentar os seus títulos. Além disso, considerando que o número de vagas abertas no concurso (60) é menor que o número de cargos vagos (185), o Tribunal estaria limitando o prazo constitucional de validade dos concursos, pois deverá realizar novo certame em curto espaço de tempo.

Entendo que não assiste razão aos requerentes. A Administração não está obrigada a oferecer Curso de Formação a candidatos que não tenham obtido classificação dentro do número de vagas disponíveis para provimento. Vale dizer, **não há direito subjetivo à matrícula** em curso de formação quando o candidato obteve classificação fora do número de vagas previsto no edital. Nesse sentido, destaco o seguinte precedente do Superior Tribunal de Justiça:

Servidor estadual militar. Concurso público para sargento. Classificação fora do número de vagas oferecido no edital. Pretensão de matrícula em curso de formação. Impossibilidade. Precedente. Recurso ordinário improvido. (RMS 13766/PE, Recurso Ordinário em Mandado de Segurança 2001/0122366-0, Ministro Nilson Naves, T6 – Sexta Turma. J. 01/04/2008, DJe 26/05/2008)

MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO PARA FISCAL DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. CANDIDATO APROVADO NA PRIMEIRA ETAPA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO À PARTICIPAÇÃO NA SEGUNDA ETAPA - CURSO DE FORMAÇÃO.

INEXISTÊNCIA. PORTARIA/MARE N° 2.498/98. IMPUGNAÇÃO A CRITÉRIOS CONTIDOS NO EDITAL. DENEGAÇÃO.

1. O direito dos candidatos participarem da segunda etapa do concurso público fica condicionado à observância da ordem de classificação, dentro do número de vagas previstas no respectivo edital e na medida da conveniência da Administração; a simples aprovação na primeira etapa não lhe asseguram, por si só, o direito líquido e certo de participar da etapa seguinte.

2. Situação jurídica que não se altera diante da Portaria/MARE n° 2.498/98, reconhecendo a existência de vagas para o cargo de Fiscal de Contribuições Previdenciárias, editada após o término do prazo de validade do concurso em questão.

3. Não merece conhecimento a impetração que combate alguns critérios contidos no respectivo edital - o reduzido número de vagas e do prazo de validade do concurso, e a forma "regionalizada" de provimento dos cargos -, depois de já transcorridos mais de 120 (cento e vinte) dias contados da data de sua publicação.

4. Segurança denegada.

(MS 6.097/DF, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/06/2000, DJ 28/08/2000 p. 53)

Também não se vislumbra ilegalidade no caráter eliminatório adotado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul nesta fase do certame. Embora não se exija aplicação ao caso da Resolução CNJ n° 75/2009, o regulamento do concurso do TJ/RS, no tocante à oferta do Curso de Formação somente aos candidatos classificados dentro do número de vagas inicialmente fixado, é compatível com o que veio dispor a respeito o ato normativo deste Conselho. Confira-se

Art. 5º O concurso desenvolver-se-á sucessivamente de acordo com as seguintes etapas:

[...]

§ 1º A participação do candidato em cada etapa ocorrerá necessariamente após habilitação na etapa anterior.

§ 2º Os tribunais poderão realizar, como etapa do certame, curso de formação inicial, de caráter eliminatório ou não.

Não há ilegalidade na **oferta de vagas em número menor que os cargos vagos existentes**. A quantidade de vagas a serem ofertadas no concurso decorre de juízo de conveniência e oportunidade da Administração, que deve considerar a necessidade de serviço e a disponibilidade orçamentária. A mera alegação de disparidade entre as vagas ofertadas e os cargos vagos não é suficiente para demonstrar desvio de finalidade da Administração.

Cabe observar, a propósito, que o art. 3º da Resolução n° 1/2007, da ENFAM (www.enfam.stj.jus.br), mencionado pelos requerentes, apenas estabelece o limite **máximo** de candidatos aprovados a serem convocados para o curso de formação. Vejamos:

Art. 3º O curso destina-se aos candidatos aprovados nas etapas anteriores do concurso público, não podendo o número de alunos exceder à quantidade de vagas do certame acrescida de vinte por cento.

Não há, portanto, ilegalidade na exclusão dos candidatos não convocados para o Curso de Formação. Tampouco há ilegalidade no **exame dos títulos** apenas dos candidatos aptos ao curso de formação. Sobre o tema, o Edital dispõe:

1.8. A Prova de Títulos terá caráter classificatório (DOC4, fl. 24)

11.2.1 Os títulos apresentados pelos candidatos aptos ao Curso de Formação serão apreciados pela Comissão de Concurso. (DOC5, fl.6)

A determinação do caráter classificatório da Prova de Títulos é compatível com o que viria a dispor a Resolução nº 75 deste CNJ sobre o assunto. Vejamos:

Art. 5º O concurso desenvolver-se-á sucessivamente de acordo com as seguintes etapas:

I - primeira etapa - uma prova objetiva seletiva, de caráter eliminatório e classificatório;

II - segunda etapa - duas provas escritas, de caráter eliminatório e classificatório;

III - terceira etapa - de caráter eliminatório, com as seguintes fases:

a) sindicância da vida pregressa e investigação social;

b) exame de sanidade física e mental;

c) exame psicotécnico;

IV - quarta etapa - uma prova oral, de caráter eliminatório e classificatório;

V - quinta etapa - avaliação de títulos, de caráter classificatório.

§ 1º A participação do candidato em cada etapa ocorrerá necessariamente após habilitação na etapa anterior.

§ 2º Os tribunais poderão realizar, como etapa do certame, curso de formação inicial, de caráter eliminatório ou não.

Em razão do caráter classificatório, a prova de títulos somente será aplicada aos candidatos considerados aprovados nas etapas eliminatórias do certame. Se somente os 60 primeiros candidatos, nos termos do regulamento, foram considerados aprovados e habilitados para a fase seguinte do certame, somente em relação a estes deve ser realizada a análise dos títulos.

Note-se que a Resolução CNJ nº 75, aqui tomada apenas como referência, não estabelece que o curso de formação deve ser posterior à etapa de avaliação de títulos. É relevante notar que nos termos do § 2º do artigo 5º da Resolução 75,

a participação do candidato em cada etapa ocorrerá necessariamente após habilitação na etapa anterior.

É relevante salientar, ainda, que os dispositivos ora impugnados pelos requerentes constavam do edital de abertura do concurso público e não houve impugnação oportuna quanto à sua validade. Confira-se, a propósito, o precedente deste CNJ:

Ementa Procedimento de Controle Administrativo. Concurso de Ingresso na Atividade Notarial e de Registro. Impugnação de edital de concurso aberto há cerca de dois anos. Ausência de oposição oportuna. Certame que avançou sem ataque ao edital até alcançar a fase de nomeação e posse. Inadmissibilidade de impugnação tardia. Inicial rejeitada com extinção do processo. – “Impõe-se em qualquer certame, em que se assegura igualdade na disputa dos candidatos ou partícipes – seja em licitação, seja em concurso público de ingresso ou concurso da atividade notarial ou de registro – que se obedeça prazo razoável para impugnar o edital. Assim, ultrapassada a fase de publicação e ciência do edital, avançando o certame para outras fases sem reclamação ou oposição, o princípio da segurança jurídica e da presunção de legitimidade dos atos administrativos impedem que se impugne o conteúdo do edital a desoras e em momento posterior, exceto em hipóteses excepcionais em que se constate irregularidade que possa contaminar o certame” (CNJ – PCA 200710000017931 – Rel. Cons. Rui Stoco – 57ª Sessão – j. 26.02.2008 – DJU 18.03.2008).

Os requerentes alegam também irregularidade na realização da prova oral do certame, em razão de **ausência de publicação dos nomes dos examinadores** e de **inobservância** da regra de que cada candidato teria **15 (quinze) minutos para discorrer** sobre o ponto sorteado, antes de serem propostas outras questões pela banca.

Quanto à **publicação da composição da banca examinadora** da prova oral, o Edital prevê no Item 10.11 que serão examinadores os integrantes da comissão e Desembargadores convidados. O Presidente do TJ/RS afirmou que os nomes dos desembargadores convidados foram divulgados apenas no primeiro dia de prova, por meio de relação afixada no saguão de entrada do local de realização das avaliações (INF11, fl.2).

A publicação da relação dos desembargadores convidados para compor a comissão examinadora da prova oral no dia da realização da prova contraria a orientação adotada por este Conselho no PP 200810000017820, da Relatoria do Conselheiro Joaquim Falcão, julgado em 17 de março de 2009. Vejamos:

Ementa Recurso Administrativo em Procedimento de Controle Administrativo. Supostas irregularidades em concurso público unificado para provimento de serventias extrajudiciais do Estado de Goiás. Pedido improvido. Dispensa de licitação em conformidade com Lei 8.666/93, art. 24, XIII. Critério de qualidade técnica de entidade selecionada presumido com base em referências idôneas. Enunciado administrativo CNJ sobre reserva de vagas para portadores de necessidades especiais. – “Propostas de Recomendação, ao Plenário, e de inclusão na regulamentação nacional, à Corregedoria, pela determinação da publicidade de integrantes das comissões de concurso e das bancas examinadoras” (CNJ – PP 200810000017820 – Rel. Cons. Joaquim Falcão – 80ª Sessão – j. 17.03.2009 – DJU 06.04.2009).

A publicidade da composição das comissões de concurso constitui providência fundamental para permitir o controle de eventuais impedimentos dos seus membros. A orientação do precedente mencionado foi incorporada à Resolução nº 75/2009 que estabeleceu a obrigatoria inclusão da composição das Comissões Examinadoras no Edital do concurso:

Art. 13. Constarão do edital, obrigatoriamente:

[...]

VI - a composição da Comissão de Concurso, das Comissões Examinadoras, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, e da Comissão da instituição especializada, com os respectivos suplentes;

Entendo, contudo, que a publicidade da comissão examinadora no mesmo dia da prova oral não é suficiente para dar ensejo à anulação da prova. O precedente e a Resolução indicados são posteriores à publicação do edital (12/01/2009). Ademais, não há nos autos indicação de impedimento de qualquer dos membros da comissão examinadora, tampouco favorecimento a algum candidato.

Não merece acolhimento, portanto, a pretensão dos requerentes de anulação da prova oral em virtude da ausência de publicação com antecedência razoável da banca examinadora da prova oral.

Em relação ao **prazo de quinze (15) minutos** de que dispunham os candidatos para discorrer sobre o ponto sorteado, essa determinação não consta no edital. O prazo é previsto no artigo 30 da Resolução nº 743/2008 do Conselho da Magistratura do TJRS, que regulamenta o para concursos de ingresso na carreira da magistratura no Estado do Rio Grande do Sul. Vejamos:

Art. 30. A Prova Oral realizada em locais abertos ao público, consistirá na dissertação e arguição sobre temas das matérias de Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Penal, Direito Empresarial, Direito Processual Civil e Direito Processual penal.

[...]

§ 2º O ponto para dissertação e arguição será sorteado na presença do examinando, assegurando-se-lhe o prazo de quinze (15) minutos para consulta à legislação não-comentada.

§ 3º A seguir, o examinando comparecerá perante a banca e disporá de quinze (15) minutos para discorrer sobre o ponto sorteado.

§ 4º Após a exposição, a critério da banca, poderão ser propostas outras questões sobre quaisquer dos tópicos relativos ao ponto objeto de exame.

Os requerentes alegam que durante a prova oral não houve a observância do referido prazo para dissertação na prova de determinados candidatos, antes que fossem propostas perguntas pela banca. Segundo o requerente, “alguns candidatos

tiveram a oportunidade de dissertar conforme o edital, outros não, sendo absurdamente bombardeados com perguntas preparadas” (REQ1, fl. 14)

Entendo que a regra acima transcrita (Resolução nº 743/2008) não deve ser interpretada com rigidez que impeça os examinadores de formularem perguntas durante a exposição do candidato. Além disso, ressalto mais uma vez que não há sequer indício de que a formulação de perguntas tenha sido direcionada a candidatos determinados, de modo a caracterizar violação ao princípio da igualdade que deve reger os concursos públicos. Também neste aspecto as alegações dos requerentes não são suficientes para dar causa à anulação da prova oral do certame.

Em face do exposto, julgo improcedente o pedido formulado neste procedimento de controle administrativo e determino o seu arquivamento.

É como voto.

Intimem-se.



JOSÉ ADONIS CALLOU DE ARAÚJO SÁ
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente em 27 de Maio de 2010 às 12:00:30

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ.

Após, archive-se independentemente de nova conclusão.



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

29/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **1187241**



10060212345100000000001186533